

ENUNCIAÇÃO E SILENCIO: A FOFOMA E SEUS SUJEITOS

ENUNCIACIÓN Y SILENCIO: EL CHISME Y SUS SUJETOS

ENUNCIATION AND SILENCE: GOSSIP AND ITS SUBJECTS

Mónica Graciela Zoppi Fontana*

Universidade Estadual de Campinas

RESUMO: Neste trabalho, considero a *fofoma* como uma das *formas históricas da enunciação*, constituída no embate ideológico e na contradição de posições-sujeito no interdiscurso. Enquanto prática de linguagem historicamente produzida, a *fofoma* se configura a partir de um *lugar de enunciação*, *um modo de dizer e um modo de circulação específicos*, produzidos como efeito do encontro entre uma atualidade (as condições concretas de produção do discurso) e uma memória (o funcionamento do interdiscurso como todo complexo com dominante das formações discursivas, que estabelece as condições de enunciabilidade das formulações). Neste artigo, descrevo o funcionamento da prática enunciativa da fofoma e seu percurso histórico e, a partir dessa análise, desenvolvo uma reflexão sobre a noção de *lugar de enunciação* e sua relação com o silêncio.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Subjetivação. Silenciamento. Identificações de gênero. Racialidade.

RESUMEN: En este trabajo, considero el chisme como una de las formas históricas de la enunciación, constituida en la confrontación ideológica y en la contradicción de las posiciones de sujeto en el interdiscurso. Como práctica de lenguaje históricamente producida, el chisme se configura a partir de un lugar de enunciación, un modo de decir y un modo específico de circulación, como efecto del encuentro entre una actualidad (las condiciones concretas de producción del discurso) y una memoria (el funcionamiento del interdiscurso como el todo complejo con dominante de las formaciones discursivas, que establece las condiciones de enunciabilidad de las formulaciones). En este artículo, describo el funcionamiento de la práctica enunciativa del chisme y su trayectoria histórica y, a partir de este análisis, desarrollo una reflexión sobre la noción de lugar de enunciación y su relación con el silencio.

PALABRAS-CLAVE: Discurso. Subjetivación. Silenciamiento. Identificaciones de género. Racialidad.

ABSTRACT: In this work, I consider gossip as one of the historical forms of enunciation, constituted in the ideological clash and in the contradiction of subject-positions in the interdiscourse. As a historically produced language practice, gossip is configured from a place of enunciation, a way of saying and a specific form of circulation, as an effect of the encounter between an actuality (the

* Professora titular do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); bolsista na modalidade Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-PQ 1C); líder do grupo de pesquisa Mulheres em Discurso: lugares de enunciação e processos de subjetivação. E-mail: monzoppi@unicamp.br.

concrete conditions of discourse production) and a memory (the functioning of interdiscourse as a complex totality with dominant of discursive formations, which establishes the conditions for the enunciation of formulations). In this article, I describe the functioning of the enunciative practice of gossip and its historical course and, based on this analysis, I develop a reflection on the notion of place of enunciation and its relationship with silence.

KEYWORDS: Discourse. Subjectivation. Imposed silence. Gender identifications. Raciality.

*Fomos socializad*s para respeitar mais o medo que nossas próprias necessidades de linguagem e definição, e enquanto a gente espera em silêncio por aquele luxo final do destemor, o peso do silêncio vai terminar nos engasgando.*
 (Audre Geraldine Lorde)

1 INTRODUÇÃO

A epígrafe que escolhi para iniciar este artigo¹ coloca com eloquência a questão da enunciação e do silêncio, e serve de mote para pensarmos a relação entre essas noções – *enunciação e silêncio* – de forma dialética, dado que ambas definem funcionamentos que fazem parte de um mesmo processo: o de constituição do sujeito da e na linguagem. E ela nos convida ainda a pensar este processo nas suas determinações históricas: ser constituído como sujeito da e na linguagem é um efeito necessário da relação com o simbólico na história, e assim sendo, enquanto efeito, é sempre determinado pelas contradições que configuram as relações sociais numa formação social determinada. A epígrafe é de autoria feminina e aponta para as determinações de gênero e racialidade que constituem, conforme vou explicitar neste artigo, os *lugares de enunciação*.

2 FOFOCA/FOFOCAR COMO PRÁTICA ENUNCIATIVA

Dou início à minha reflexão com um fato de linguagem recente, ocorrido no âmbito das práticas políticas institucionalizadas e posto em ampla circulação pela mídia jornalística no espaço digital, onde ganhou forte repercussão. Trata-se de uma declaração do atual presidente argentino Javier Milei, tristemente conhecido pelo seu posicionamento neoliberal ultraconservador e sexista, ao ser questionado sobre um caso de suposto envolvimento dele e de seus assessores próximos em uma grande fraude com criptomoedas e no tráfico de influências².

SD1 – El matutino norteamericano [New York Times] publicó este sábado un artículo sobre supuestos pedidos de coimas a empresarios que pretendían tener un encuentro con el mandatario. La investigación fue realizada por los periodistas Jack Nicas y David Yaffe-Bellán y asegura que “hubo pedidos que fueron desde los 50 mil hasta los 500 mil dólares”. Ante la repercusión, Milei aseguró en LN+ que la información “parece un conjunto de chismes de peluquería, de despedachadas”. Luego, amplió el concepto: “Vamos a la sustancia, un problema de terceros con terceros no es un problema mío ni de mis funcionarios. La propia nota son todas condicionales, no dejan de ser chimentos de peluquería”. (C5N, 2025).

O jornal norte-americano [New York Times] publicou neste sábado um artigo sobre supostos pedidos de propina a empresários que pretendiam ter uma reunião com o presidente. A investigação foi realizada pelos jornalistas Jack Nicas e David Yaffe-Bellán e garante que “houve pedidos que variaram de 50 mil a 500 mil dólares”. Diante da repercussão, Milei garantiu ao LN+ que a informação “parece um conjunto de fofocas de salão [de cabelereiro], de ressentidas”. Em seguida, ele expandiu o conceito: “Vamos à substância, um problema de terceiros com

¹ Este artigo é uma versão revisada do texto da prova de erudição, que fez parte do meu concurso para Professora Titular junto ao Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas, realizado em 25 de agosto de 2023; diversas versões do texto foram apresentadas oralmente em universidades brasileiras, como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em diversas ocasiões; a atual versão se beneficia do debate com colegas e estudantes e manifesto aqui publicamente meu agradecimento pelas preciosas contribuições. A pesquisa que deu origem a este texto é financiada pelo CNPq, na modalidade de Bolsa de Produtividade à Pesquisa 1C, processo 313404/2021-6.

² Agradeço a Maria Alejandra Vitale a menção a esse fato, feita como comentário à palestra que ministrei no VII Congresso Brasileiro de Retórica/ V Jornadas da Associação Latino-americana de Retórica, acontecido na Universidade Federal de Uberlândia em março de 2025.

terceiros não é um problema meu ou de meus funcionários. A nota em si é toda cheia de condicionais, não deixam de ser fofocas de salão [de cabelereiro]” (C5N, 2025, tradução nossa).

Recupero as condições de produção dessas formulações: foram publicamente enunciadas e publicamente reproduzidas numa situação de reportagem jornalística, e o objeto tratado referia-se à circulação de um tuíte postado na conta do presidente da Argentina, plausivelmente por ele próprio, em que se mencionava positivamente uma nova criptomoeda pouco conhecida no mercado, a qual, após sua postagem, aumentou rapidamente de valor para cair estrepitosamente poucas horas depois, produzindo perdas nos investidores que se deixaram impressionar pelo comentário do presidente. Nesse contexto, uma investigação independente do jornal *New York Times* revelou evidências de tráfico de influências no entorno do presidente. Essas denúncias tiveram forte repercussão no âmbito político e na opinião pública argentinos, o que levou à manifestação do presidente que citamos.

Na sequência discursiva SD1 reproduzida acima, destaco o funcionamento das nomeações “chismes/chimentos de peluquería”, que traduzo ao português como *fofoca de salão de cabelereiro* (as palavras “chismes” e “chimentos” são usadas como sinônimas em espanhol), e “despechadas”³, que proponho traduzir por *ressentidas*; nesta última nomeação sinalizo a flexão morfológica de gênero marcada no feminino “despechadas”, que designa de modo pejorativo um conjunto de pessoas identificadas como sendo do gênero feminino e que guardariam rancor por terem sido desprezadas. O que me interessa analisar nesta sequência é o modo como uma denúncia pública que atinge o presidente na sua função e responsabilidade políticas é rapidamente descartada como improcedente por uma comparação/analogia com uma *prática enunciativa específica*, que comporta um *modo de dizer* claramente delimitado e reconhecido na circulação social do discurso, atribuído historicamente a pessoas identificadas como mulheres: a *fofoca* e o ato de *fofocar*. Neste trabalho, considero a *fofoca* como uma das *formas históricas da enunciação*, efeito da relação de um lugar de enunciação e um modo de dizer, constituídos no embate ideológico e na contradição de posições-sujeito no interdiscurso. Enquanto prática de linguagem historicamente produzida, a *fofoca* se configura a partir de um *lugar de enunciação, um modo de dizer e um modo de circulação específicos*, produzidos como efeitos do encontro entre uma atualidade (as condições concretas de produção do discurso) e uma memória (o funcionamento do interdiscurso como todo complexo com dominante das formações discursivas, que estabelece as condições de enunciabilidade das formulações). É essa forma histórica de enunciação e seu percurso histórico que almejo descrever neste artigo e, a partir dessa análise, desenvolver uma reflexão sobre a noção de *lugar de enunciação* e sua relação com o silêncio.

3 AS PALAVRAS, OS SENTIDOS E A HISTÓRIA DE SUAS ENUNCIAÇÕES

Para ilustrar as questões que têm me ocupado nos últimos anos, vou trazer para o debate as considerações que desenvolve Silvia Federici sobre o significado da palavra *gossip* em inglês ao longo dos últimos cinco séculos. Esta citação foi extraída do livrro *A história oculta da fofoca*, da autora (Federici, 2019), que trata das práticas de controle, disciplinarização e censura das mulheres na transição da sociedade feudal para a capitalista.

Narrar a história das palavras que são frequentemente usadas para definir e degradar as mulheres é um passo necessário para compreender como a opressão de gênero funciona e se reproduz. A história do termo “*gossip*” [atualmente traduzido como “fofoca”] é emblemática nesse contexto.[...] Imputar um sentido depreciativo a uma palavra que indicava amizade entre as mulheres ajudou a destruir a sociabilidade feminina que prevaleceu na Idade Média, quando a maioria das atividades executadas pelas mulheres era de natureza coletiva e, ao menos nas classes baixas, as mulheres formavam uma comunidade coesa que era a causa de uma força sem-par na era moderna. Traços do uso da palavra são frequentes na literatura do período. Derivada dos termos ingleses arcaicos *God* [Deus] e *sibb* [aparentado], “*gossip*” significava, originalmente, “*god parent*” [padrinho ou madrinha], pessoa que mantém uma relação espiritual com a criança a ser batizada. Com o tempo, entretanto, o termo passou a ser usado em sentido mais amplo. Na Inglaterra do início da era moderna, “*gossip*” se referia às companhias no momento do parto, não se limitando à parteira. Também se tornou um termo para amigas mulheres, sem

³ O Diccionario de la Real Academia Española define “despecho” como “Malquerencia nacida en el ánimo por desengaños sufridos en la consecución de los deseos o en los empeños de la vanidad”. Como sinônimos, propõe “resentimento, rencor”, o que fundamenta a tradução que proponho para o termo. Diccionario de la Real Academia Española, 23^a ed., Madrid, Real Academia Española, 2014, online, disponível em: . Acesso em: 22 ago. 2025.

conotação necessariamente derogatória. Em todo caso, a palavra tinha fortes conotações emocionais. Reconhecemos isso quando observamos a palavra em ação, denotando os laços a unir as mulheres na sociedade inglesa pré-moderna. [...]

Em 1602, quando Samuel Rowlands escreveu “*Tis Merrie When Gossips Meet*” [É divertido quando as *gossips* se encontram], peça satírica que descreve as horas que três mulheres de Londres passam em uma taverna falando sobre homens e casamento, a palavra ainda é usada para indicar amizades femininas, dando a entender que “as mulheres podiam criar suas próprias conexões sociais e seu próprio espaço social” e enfrentar a autoridade masculina. Contudo, à medida que o século [XVII] avançou, a conotação negativa da palavra predominou. Como mencionado, a transformação se deu em paralelo ao fortalecimento da autoridade patriarcal na família e à exclusão das mulheres dos ofícios e das guildas, o que, com o processo dos cercamentos [da terra], levou à “feminização da pobreza”. [...]

Foi nesse contexto que a palavra “*gossip*” se transformou, de uma expressão de amizade e afeto, em um termo de difamação e ridicularização. Hoje, “*gossip*” [no sentido de fofoca] designa a conversa informal, geralmente danosa às pessoas que servem de assunto. É, na maioria das vezes, uma conversa que extrai sua satisfação da depreciação de outros; é a disseminação de informações não destinadas à audição pública, mas capazes de arruinar reputações, e é, inequivocamente, uma “conversa de mulheres”. São as mulheres que “*gossip*”, supostamente por não terem nada melhor a fazer (Federici, 2019, p. 3-4, 7-8).

Independentemente de sua precisão histórica, a questão levantada pela autora e documentada em dicionários e textos literários apresenta dados de interesse para uma abordagem enunciativo-discursiva. A partir de meu próprio campo de conhecimento, que toma a enunciação e o discurso como objetos, comprehendo esta narrativa como uma descrição de *um processo semântico de mudança e inversão de sentido* de uma expressão linguística. Em primeiro lugar, assinalo os efeitos de uma *história de enunciações* (Guimarães, 2018) sobre os sentidos da palavra e sobre seu funcionamento morfossintático na língua. Embora a origem etimológica seja tomada como um ponto de partida, a descrição recorre às formas atestadas historicamente para analisar os sentidos dessa expressão. Federici retoma as análises de Thomas Wright em *A History of Domestic Manners and Sentiments in England during the Middle Ages* [Uma história de costumes e sentimentos domésticos na Inglaterra durante a Idade Média] (1862), que percorre obras literárias como os mistérios do Ciclo de Chester, que eram dramas religiosos medievais; ela também menciona as peças de Shakespeare e outras obras literárias da época. É justamente por este gesto metodológico da autora que considero pertinente trazer essa descrição para a minha reflexão.

Conforme Guimarães (2018, p. 16-17), “[...] não há enunciados virtuais, possíveis. Há enunciados só quando ditos na enunciação”, por isso, uma análise se realiza, segundo este autor, sobre enunciados e textos existentes recortados a partir de “sondagens”: “Trata-se, no caso, de encontrar acontecimentos de enunciação específicos que apresentem uma relevância para se refletir sobre a questão da linguagem e seu modo de produzir sentido”. (Guimarães, 2018, p. 18). É nesta direção que trago para o início de minha reflexão a descrição da mudança de sentido da palavra *gossip* apresentada por Silvia Federici (2019).

Na descrição que esta autora desenvolve, me interessa destacar principalmente a deriva morfossintática que a palavra sofre com o passar dos séculos: da forma nominal inicial se deriva uma forma verbal, o verbo intransitivo *to gossip*, cujo sentido é afetado pelo recorte específico que a *designação do nome produz na sua história enunciativa*. Atente-se para o fato de que, conforme o processo descrito por Federici (2019), a palavra inicialmente tem o estatuto de um substantivo comum que refere a uma relação próxima de parentesco, designando dessa forma os padrinhos de batismo de uma criança. Esse sentido deriva na história de enunciações para a designação de um conjunto de amigas (mulheres) que se reconhecem na sua condição feminina e que compartilham espaços e atividades (principalmente o quarto de uma parturiente, mas também as tavernas), que as diferenciam de seus parentes (maridos, pais, irmãos, filhos) e colegas homens na guilda.

Assim, tomo o relato de Federici (2019) como uma descrição do processo pelo qual os sentidos para o substantivo *gossip* são produzidos na história de suas enunciações, ou seja, na relação dessa palavra com o acontecimento enunciativo no qual é enunciada e com as condições históricas concretas dessa enunciação. É essa relação que permite, segundo Guimarães (2018), particularizar uma referência específica para um nome, no caso que analiso, para a palavra *gossip*, que *identifica*, assim, não qualquer coletivo de pessoas, mas um coletivo integrado por mulheres. Guimarães (2018) defende que um nome tem um sentido *identificador*, ele não refere, mas

identifica, no sentido de particularizar determinadas referências. O autor retoma Jacques Rancière quando afirma que “um nome identifica, não classifica”. Citando Guimarães (2002, p. 10): “As coisas existentes são referidas enquanto significadas, e não simplesmente enquanto existentes.[...] Podemos referir a algo com a palavra *pedra* porque a linguagem significa o mundo de tal modo que *identifica* os seres em virtude de significá-los”. E isto se dá no acontecimento da enunciação afetado pelas condições históricas concretas em que se realiza.

Mas o movimento de sentidos que mais me interessa destacar aqui é a emergência da forma verbal derivada morfologicamente da forma nominal em um momento específico da história das enunciações da palavra. Observe-se que a palavra deixa de significar um *conjunto de mulheres* e passa a significar uma *prática enunciativa* dessas mulheres, ou, dito de outra maneira, a designação da palavra deixa de identificar um conjunto de indivíduos, *objetos de um dizer*, e passa a identificar esses indivíduos como *sujeitos do dizer*. É este ponto que gostaria de enfatizar: o modo como no cerne de um processo histórico, um nome comum e um verbo, ou seja, formas da língua tradicionalmente consideradas pela semântica linguística como funcionamentos predicativos, produzem *identificação* e principalmente *efeitos de subjetivação*.

Nesta minha reflexão, comprehendo que o verbo *to gossip*, enquanto forma da língua, condensa e indica o *funcionamento material da enunciação na história*; desta maneira, considero que ele designa uma *forma histórica de enunciação* (Guilhaumou, 1989), dado que refere a uma prática enunciativa que se dá no entremeio do espaço público e do espaço doméstico, designada como *fofoca/fofocar* e, principalmente, identifica um *lugar de enunciação* associado predominantemente a essa prática (*o lugar social das mulheres*). A forma verbal aparece, segundo atestado em dicionários etimológicos do inglês, no final do século XVI, quando, conforme aponta Federici (2019), ocorre na Europa a transição do modo de produção feudal para o capitalismo, juntamente com o fortalecimento do patriarcado, com a consequente desvalorização e desqualificação das mulheres no espaço público e privado e nas relações de produção. Acompanhando esse processo, o verbo passa a designar uma prática enunciativa depreciada *na circulação social do dizer*, assim como identifica um *lugar de enunciação* deslegitimado e alvo de práticas de censura e silenciamento.

Para as palavras “fofoca” e “fofocar”, e outras sinônimas, consideradas como traduções possíveis do termo *gossip/to gossip* para o português, não encontramos atestada uma história de enunciação como a descrita por Federici (2019), o que não impede que o funcionamento da designação destas palavras produza, também na língua e no espaço de enunciação do português no Brasil, a mesma escansão (ou “partilha” como a denomina Guimarães (2002) a partir de Rancière) dos lugares de enunciação e do direito de dizer.

Assim, no dicionário Priberam online ([2023]) encontramos para o verbo intransitivo “fuxicar”, apresentado como sinônimo de “fofocar”, a seguinte definição:

SD2 – FUXICAR verbo intransitivo

6. [Brasil, Informal] Fazer fuxico ou intriga (ex.: as vizinhas gostam de fuxicar). = FOFOCAR, FUTRICAR, MEXERICAR

Origem etimológica: alteração de futricular.

FOFOCAR verbo transitivo e intransitivo

1. [Brasil, Informal] Fazer fofocas. = BISBILHOTAR, MEXERICAR
2. [Brasil, Informal] Propagar segredos de outrem.
3. [Brasil, Informal] Conversar sobre outrem.

Origem etimológica: fofoca + -ar.

No dicionário Michaelis online ([2025]), o verbete para o substantivo “fofocar” é o seguinte:

SD3 – FOFOCAR

Coloq vti e vint

- 1 Fazer fofoca(s); fuxicar, mexericar, bisbilhotar: *Uma menina estava em pé junto à porta fofocando com um menino e olhando, de vez em quando, para dentro da sala. “Vagamente, as respostas que obtive indicam que, em restaurantes, festas, danceterias, as garotas vão juntas ao banheiro para fofocar ‘se observar’ [...]”* (AV).

vti e vint

2 Tornar públicos segredos, confidências ou intimidades de outrem: *O rapaz fofocou abertamente sobre um caso da vizinha dele. Cuidado com o que conta para aquela sua colega, pois ela adora fofocar.*

vti e vint

3 Conversar, às ocultas, sobre assuntos da vida alheia; falar mal dos outros: *Ela vive fofocando sobre todo mundo pela escola. Ninguém gosta de você porque você adora fofocar.*

ETIMOLOGIA

der de fofoca+ar

Nos verbetes citados, destaco especialmente o funcionamento dos exemplos que acompanham as definições do significado das palavras. Os exemplos presentes nos verbetes são o espaço em que a textualização lexicográfica é mais afetada pela historicidade da significação, pelos sentidos dominantes estabilizados em uma época e sociedade determinadas. A partir dos exemplos incluídos nos verbetes de dicionário citados, é possível descrever os processos de naturalização dos sentidos para as palavras analisadas, produzidos pelo discurso lexicográfico, que reproduz dessa maneira como um *fato da língua* sentidos que emergem como um *efeito da circulação social do discurso na história*. Desse modo, os exemplos incorporados ao longo da história nos verbetes dicionarizados funcionam como indícios e sintomas das relações de força que atravessam o discurso social de uma época, produzindo evidência de sentido e, ao mesmo tempo, silenciando e invisibilizando gestos outros de interpretação historicamente produzidos, mas não dominantes, nas relações contraditórias ideologicamente determinadas entre memórias no interdiscurso. Dessa maneira, descrevo o funcionamento dos exemplos nos verbetes como a inscrição nos enunciados lexicográficos de um *memorável* (Guimarães, 2018), que significa o termo “fofoca” a partir da designação de uma *prática enunciativa* atribuída a um *lugar de enunciação* específico, identificado com personagens femininas, e a um *modo de dizer* específico, significado como moralmente deplorável. Assim, no discurso lexicográfico se naturalizam os sentidos pejorativos e estigmatizantes tanto para o *modo de dizer* quanto para os *sujeitos desse dizer*, identificados pela designação “fofoca” e sua derivação verbal “fofocar” (e seus sinônimos “futricar”, “fuxicar”, “bisbilhotar”, “mexericar”), projetando uma divisão desigual do direito a dizer no espaço de enunciação.

Encontramos um funcionamento semelhante em materialidades discursivas diversas ao pesquisar representações imagéticas ou visuais no espaço de circulação do discurso digital, quando usamos um mecanismo de busca na internet (*Google search images*), digitando como palavra de entrada *fofoca*.

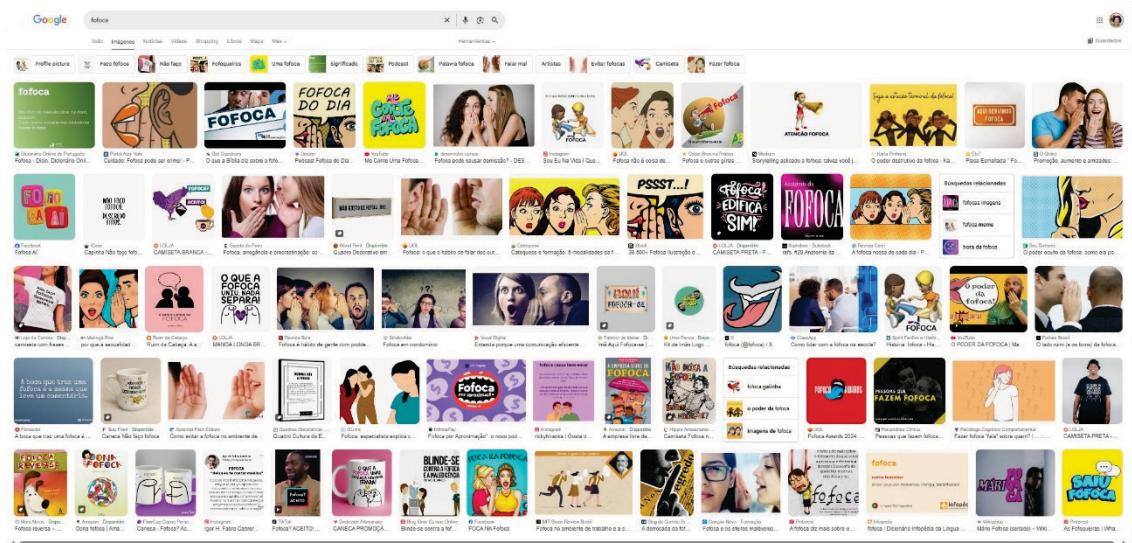


Figura 1: Imagens de fofoca

Fonte: Captura de tela do Google Search Imagens (2025)



Figura 2: Imagens de fofoca

Fonte: Papo de Homem (2016)

As imagens representam predominantemente figuras femininas como sendo a instância que enuncia; também aparece de forma predominante a figuração de um *modo de dizer* sigiloso ou em segredo (falar ao pé do ouvido), assim como a representação de expressões convencionalmente atribuídas a reações de surpresa e curiosidade (olhos arregalados e bocas abertas). Nos casos em que as imagens são acompanhadas por legendas, as formulações referem à prática da fofoca em termos negativos e de desaprovação (“o poder devastador/destrutivo da fofoca”; “blinde-se contra a fofoca e a maledicência”; “os perigos que a fofoca traz”).

4 LUGARES DE ENUNCIAÇÃO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Estas breves análises do funcionamento enunciativo das expressões *gossip* e *fofoca* (nas suas formas nominais e verbais) me permitem avançar sobre um tópico que já mencionei: o modo como, no cerne de um processo histórico, um substantivo comum e um verbo, ou seja, formas da língua tradicionalmente consideradas pela semântica linguística como funcionamentos predicativos, produzem efeitos de *identificação* e principalmente de *subjetivação*.

Guimarães (2018) já mostra analiticamente como nomes próprios de pessoas, apostos desses nomes próprios e vocativos produzem, no acontecimento enunciativo, efeitos de subjetivação, dado que designam de diversas maneiras a figura do alocutor-x ou do alocutário-x na cena enunciativa⁴. No meu trabalho, proponho considerar, também, as formas usualmente consideradas como predicativas (substantivos comuns e sintagmas verbais), sempre que designem uma pessoa ou grupo de pessoas, como *índicios dos processos de subjetivação que constituem os lugares de enunciação*, em particular a figura díspar do locutor. Em artigo publicado em 2003, em que analisava a presença dos vendedores ambulantes no espaço público urbano, eu afirmava que:

Os processos de designação, ao fornecer os pontos de estabilização referencial necessários para a prática enunciativa do sujeito na sua relação contraditória com o real que o afeta, se constituem como processos de subjetivação, não só em relação ao funcionamento dos nomes próprios, mas também e fundamentalmente em relação a todas as construções (morfos)sintáticas que referem a/predicam o sujeito do discurso, participando na produção das imagens (entendidas como formações imaginárias, conforme definidas em Pêcheux (1969) a partir das quais é trabalhada a identidade na ilusão da unidade subjetiva e, consequentemente, afetando os mecanismos enunciativos de autorreferência. Para tanto, entendemos “O sujeito como processo (de representação) interior ao não sujeito, constituído pela rede de significantes: o sujeito é “preso” nessa rede – “nomes comuns” e “nomes próprios”, efeitos de shifting, construções sintáticas, etc. - de modo que o sujeito resulta dessa

⁴ Guimarães (2018) define o agenciamento enunciativo a partir das figuras do locutor/allocutor-x e do alocutário/allocutário-x, que compõem a cena enunciativa. O que caracteriza essas figuras é a divisão que as afeta, projetando sobre a função enunciativa – locutor- um lugar social de dizer -allocutor-x; divisão esta que afeta também o lugar do alocutário, igualmente delimitado em relação ao lugar social-allocutário-x.

rede como “causa de si” no sentido espinosano da expressão”, conforme defendido por Pêcheux (1975, p.157) (Zoppi Fontana, 2003, p. 265-266).

Assim, introduzo, na definição dos processos de designação, a consideração de seu funcionamento nos processos de subjetivação, isto é, como *suporte material* (ancoragem linguística) para a identificação simbólica (interpelação ideológica do indivíduo em sujeito do discurso pela sua inscrição nas posições de sujeito) e, principalmente, imaginária ([auto]reconhecimento especular do sujeito do discurso em relação aos lugares de enunciação como efeito da ilusão subjetiva). Por outro lado, do ponto de vista da produção discursiva da identidade (enquanto estabilidade provisória) e especificamente da ilusão subjetiva (enquanto unidade imaginária) que ancora os processos de enunciação autorreferencial, os processos de designação permitem observar o funcionamento dos rituais enunciativos que produzem o sujeito do discurso via identificação imaginária.

No meu trabalho, afirmo que os *lugares de enunciação* devem ser compreendidos não somente como figuras que compõem a cena enunciativa, representando as divisões do espaço de enunciação e o agenciamento do falante como locutor/locutor-x no acontecimento enunciativo, conforme descrito por Guimarães (2002; 2018), mas principalmente como processos de subjetivação, ou dito de outra maneira, enquanto *processos de produção de efeitos de subjetividade no interior do funcionamento da interpelação ideológica*. Em um artigo anterior, eu já apontava para a relevância de descrever os lugares de enunciação a partir dos efeitos da sintaxe na formulação, o que permite “[...] organizar um conjunto de enunciados co-possíveis em um efeito-subjetividade” (Zoppi Fontana, 1999, p. 21). De acordo com Marandin (1979), o termo “efeito-subjetividade” refere-se à maneira como as operações de formulação organizam os enunciados em uma sequência discursiva, criando um efeito de coerência e unidade imaginária, tanto do texto quanto do sujeito, enquanto efeitos produzidos pelos mecanismos linguísticos de referência ao locutor e pela organização sintática das formulações no intradiscursivo.

No meu percurso acadêmico, tenho abordado os estudos enunciativos em uma articulação teórica necessária e produtiva com o campo conceitual da Análise Materialista do Discurso, o que me leva a compreender a enunciação enquanto uma prática histórica, cujo funcionamento está constitutivamente determinado pelas condições reais de sua existência, ou seja, pelas relações sociais que constituem na sua contradição uma formação social. A partir de análises de *corpora* diversos⁵, tenho descrito os processos históricos de *emergência ou interdição de lugares de enunciação*, e tenho analisado os efeitos de legitimação/deslegitimação do dizer produzidos pela *circulação social do discurso*, o que me levou a descrever, ao mesmo tempo, os processos de subjetivação historicamente produzidos, numa relação constitutiva da língua com o interdiscurso e o *silêncio*.

5 SILENCIO, POLÍTICAS DO SILENCIO E ESCUTA

Voltando às nossas epígrafes e à descrição do funcionamento da palavra *gossip* apresentada por Federici (2019), proponho agora uma reflexão sobre a relação constitutiva da enunciação com o silêncio. Para isso, me valho da noção de silêncio, tal como proposta por Eni Orlandi desde 1992. A autora propõe pensar a dimensão fundante do silêncio:

O silêncio é fundante. Quer dizer, o silêncio é a matéria significante por excelência, um continuum significante [...] O silêncio é o real do discurso. p. 29
 O silêncio é. Ele significa. Ou melhor, no silêncio, o sentido é. p.31
 O silêncio é “iminência”. No entanto, o silêncio não está apenas “entre” as palavras. Ele as atravessa. p. 69
 O silêncio trabalha nos limites do dizer, o seu horizonte possível e o seu horizonte realizado. p. 91 (Orlandi, 1992).

A partir da definição de silêncio fundante, a autora define a *política do silêncio*, que por sua vez, abrange duas formas de existência interligadas:

⁵ Cf. Zoppi Fontana (2003; 2017a; 2011; 2022).

1- Por um lado, o *silêncio constitutivo*, que é o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto *do que é preciso não dizer para poder dizer*. Para a autora, toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: existe uma contradição inscrita nas próprias palavras (Orlandi, 1992, p. 76).

2- Por outro lado, o *silêncio local ou censura*, que pode ser compreendido como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas; “[...] se proíbe ao sujeito ocupar certos lugares, ou melhor, proíbem-se certas ‘posições’ de sujeito [...] [A censura] é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado; [o sujeito] só pode ocupar o ‘lugar’ que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito” (Orlandi, 1992, p. 78-81).

Assim, inspirada na proposta de Orlandi, analiso os sentidos do substantivo *gossip* e do verbo (*to*) *gossip*, tal como descritos por Federici, a partir do funcionamento discursivo da política do silêncio. Como *silêncio constitutivo*, é necessário que na circulação social dessas palavras sejam apagados/esquecidos os sentidos valorativos positivos historicamente produzidos para a palavra e para os sujeitos que ela identifica, assim como para a prática enunciativa designada, para que *gossip* possa vir a significar “conversa fútil entre mulheres; fala maldosa e sem importância”, e o termo *gossips* venha a designar mulheres rabugentas, inconvenientes, indesejáveis para uma sociedade capitalista em desenvolvimento. No fato de linguagem analisado (SD1) no início deste artigo, assim como nos verbetes de dicionário e nas imagens pesquisadas no espaço digital em língua portuguesa, esse silêncio constitutivo trabalha na direção de naturalizar como evidência os sentidos negativos tanto para as palavras quanto para a prática enunciativa que designam. Como *censura*, o silêncio atua na interdição de enunciar/do falar imposta às mulheres, principalmente das classes populares, na passagem da Idade Média tardia para a idade pré-moderna e moderna (fim do século XVI em diante), conforme mapeado por Federici (2019). Práticas atuais de censura em relação à fala pública feminina⁶, circulando de forma velada ou não no discurso social, são objeto de notícia com frequência. Mencionamos apenas dois casos recentes: a desqualificação por parte da mídia de referência e por meio de postagens nas redes sociais sofrida por Janja, esposa do presidente Lula e atual primeira-dama do Brasil, pela sua atuação e pronunciamentos (“fala firme”) em eventos oficiais⁷ e os ataques sofridos pela Ministra da Saúde Nísia Trindade, desprezada por “chorar” e “não falar grosso”⁸. Em relação à censura e ainda na sua análise sobre a palavra “fofoca/fofocar” (*to/gossip*), Federici (2019, p. 9) menciona os instrumentos de tortura conhecidos na Inglaterra como *gossip bridle*:

A obediência – como a literatura da época enfatizava constantemente – era a primeira obrigação da esposa, imposta pela Igreja, pelo direito, pela opinião pública e, em última análise, pelas punições cruéis que foram introduzidas contra as “rabugentas”, como o “scold's bridle” [rédea ou freio das rabugentas], também chamado de “branks”, engenhoca sádica de metal e couro que rasgaria a língua da mulher se ela tentasse falar. Registrado pela primeira vez na Escócia em 1567, esse instrumento de tortura foi criado como castigo para as mulheres das classes baixas consideradas “importunas” ou “rabugentas” ou “subversivas”, sempre suspeitas de bruxaria. Esposas que fossem vistas como bruxas, malvadas e rabugentas também eram forçadas a usá-lo. Muitas vezes, o instrumento era chamado “gossip bridle”, atestando a mudança no sentido do termo.



Figura 3: Ilustração de “scold's bridle”, dispositivo de tortura citado no texto

⁶ Cf. Braga e Piovezani(2025), que desenvolvem uma arqueologia da fala pública feminina e apontam para os processos históricos de silenciamento.

⁷ Cf. Morais (2025).

⁸ Cf. Giba Um (2025).

Fonte: Federici (2019)

A partir da descrição de Federici (2019), considero o *scold's bridle* ou *gossip bridle* como um dispositivo técnico e simbólico de silenciamento, que atua sobre o corpo, controlando suas reações, mas principalmente sobre os *lugares de enunciação* a partir dos quais se produzem os processos de subjetivação, silenciando o dizer para determinados sujeitos. É um artefato que intervém no real do sentido ao afetar a enunciação por um gesto de censura. Como afirma Orlandi (1992, p. 66), a censura proíbe ao sujeito ocupar certos lugares, interdita a circulação do dizer. O trabalho de análise histórica que nos oferece Silvia Federici (2019) no seu texto escancara a determinação histórica dos lugares de enunciação, e, o que nos é mais caro, as determinações de gênero que os constituem.

Os sentidos da palavra *gossip* e suas derivas na história de enunciações dizem a respeito de *um processo de subjetivação que constrói identificações sociais para as mulheres, como mulheres*. Do falar alegre e livre no aconchego do laço social e afetivo entre mulheres à violência de um calar-se imposto por efeito da tortura e da opressão, o funcionamento do lugar de enunciação ao qual alude a palavra *gossip/fofoca* só pode ser descrito e compreendido se trouxermos *as identificações de gênero para o cerne do agenciamento enunciativo*. Dessa forma, como resultado das reflexões realizadas junto ao grupo de pesquisa que lidero *Mulheres em Discurso*⁹, tenho afirmado no meu trabalho que os *lugares de enunciação se configuram historicamente sempre já generificados* (ou seja, marcados pelas identificações de gênero), na sua relação constitutiva com as posições-sujeito nas quais se inscrevem (Zoppi Fontana; Ferrari, 2017) e, portanto, supõem necessariamente uma *corporeidade*. (Zoppi Fontana; Silva-Fontana, 2023).

Avançando ainda nessa direção, volto ao funcionamento do *gossip bridle* como dispositivo técnico e simbólico de silenciamento. Um instrumento de tortura semelhante foi utilizado no Brasil em pessoas escravizadas para evitar que comessem ou bebessem na lavoura, mas principalmente para interditar falas que poderiam organizar a insurreição. Federici (2019) já apontava para um uso similar contra as pessoas escravizadas nos Estados Unidos até o séc. XVIII¹⁰. Grada Kilomba (2010) aborda no seu trabalho teórico e artístico esses funcionamentos, quando produz paráfrases e deslocamentos imagéticos da “máscara de Flandres” ou “máscara de silenciamento”, tomindo como ponto de partida uma gravura do séc. XIX que ficou tristemente famosa, que representaria a mulher negra escravizada conhecida como Anastásia:



Figura 4: Máscara de Flandres

Fonte: Jacques Etienne Arago, Castigo de Escravos (1839). Litografia aquarelada sobre papel (Coleção Museu AfroBrasil).

No artigo *A Máscara*, Grada Kilomba (2010) evoca a máscara de Flandres como elemento principal para criar uma ponte simbólica entre o objeto de tortura e a vontade da colonialidade de silenciar as pessoas negras escravizadas e de negar/recalcar uma escuta. A autora afirma:

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do sujeito Negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem que ficar calado(a)? O que poderia o sujeito Negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca selada? E o que

⁹ *Mulheres em discurso: lugares de enunciação e processos de subjetivação* (CNPq-UNICAMP) (2017).

¹⁰ “É significativo que, na Virgínia, Estados Unidos, isso tenha sido usado para controlar pessoas escravizadas até o século XVIII” (Federici, 2019, p. 9).

[...] o sujeito branco *teria que ouvir?* Existe um medo apreensivo de que, se o(a) colonizado(a) falar, o(a) colonizador(a) terá que ouvir e seria forçado(a) a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do ‘Outro’. Verdades que têm sido negadas, reprimidas e mantidas guardadas, como segredos. Eu realmente gosto desta frase “quieto como é mantido”. Esta é uma expressão oriunda da diáspora africana que anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo. (Kilomba, 2010, p. 177).

O relato de Federici (2019) e as questões levantadas por Kilomba (2010) me permitem apontar para o que eu considero uma dimensão fundante e constitutiva do funcionamento da enunciação quando considerada em sua historicidade: *o silêncio que habita, atravessa, abafa e movimenta todo dizer, de forma contraditória e desigual em cada formação social*. Assim, defendo que é constitutivo do funcionamento dos *lugares de enunciação* (enquanto agenciamento enunciativo e enquanto processo de subjetivação) uma relação com o silêncio entendido como *materialidade significativa*, seja na sua dimensão de *política do silêncio*, como silêncio constitutivo, que traça fronteiras instáveis e invisíveis entre o poder dizer e o silenciar, ou como censura, que interdita ou desqualifica uma prática enunciativa; seja na sua dimensão de *silêncio fundante*, como *real do sentido*, que permite o deslocamento ideológico dos sentidos e a resistência dos sujeitos.

Autoras como Lélia Gonzalez (2020 [1983]) e Djamil Ribeiro (2017) assinalam, cada uma a seu modo e nos seus próprios campos de conhecimento, os efeitos de silenciamento que afetam constitutivamente a enunciação das mulheres negras no Brasil. De Lélia, cito a célebre frase que condensa em poucas palavras o lugar de enunciação da mulher negra afetado pelos processos de silenciamento que lhe são impostos e aos quais ela resiste:

E o risco que assumimos aqui é o ato de falar com todas as implicações. Exatamente por que temos sido falados, infantilizados (*infans*, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque que falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (Gonzalez, 2018, p. 193).

De Djamil Ribeiro é a noção de *lugar de fala* que vai impactar o campo das ciências sociais e das militâncias.

Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta. Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível “voz de ninguém”, como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade (Ribeiro, 2017, p.50-51).¹¹

Mariana Cestari, Tyara Veriato Chaves e Lauro Baldini, em um artigo recente publicado no terceiro volume da coletânea que reúne os trabalhos do grupo de pesquisa *Mulheres em Discurso*¹² (2021), analisam a originalidade do pensamento de Lélia Gonzalez e sua contribuição para a compreensão da formação social brasileira, afetada pelo racismo estrutural, o sexism e a luta de classes. Estes autores, transitando por diversas materialidades discursivas, reflexionam, a partir dos textos de Lélia Gonzalez, sobre o funcionamento da figura da *mãe-preta* e do *pretuguês* na constituição das identidades brasileiras. Da rica exposição, trago aqui citações que apontam para a relação constitutiva entre os lugares de enunciação, a língua e o silêncio.

Aprendemos com Lélia Gonzalez que numa língua se pode contar uma outra história sobre si mesma e assim afetar a existência dos seus falantes: *trapacear a língua, mudar de vida*. É pela língua que Lélia inventa um outro nome para o que já existe, mas também reinventa um passado, ao contá-lo de outro modo e faz do futuro um lugar possível num país em que a violência sobre a população negra e pobre não para de repetir o pior de uma história.[...] Intervir na formação de conhecimento sobre uma língua a partir do lugar em que Lélia Gonzalez se inscreve, como filósofa, ativista e mulher negra, é produzir um furo não apenas nos discursos de constituição do Português como língua materna e nacional, mas é, ao mesmo tempo, subverter os sentidos de maternagem, fazer

¹¹ Cf. Zoppi Fontana (2017a) para uma análise da noção de *lugar de fala* e sua redefinição dentro do quadro da Análise Materialista do Discurso enquanto *lugar de enunciação*, na sua relação constitutiva com o interdiscurso, as formações discursivas e as posições-sujeito.

¹² Cf. Zoppi Fontana e Biziak (2021).

da língua pátria, a língua mátria, também frátria, que carrega em seu bojo as vozes, gritos, apegos, afagos e as feridas das tantas mulheres a quem o discurso oficial se faz surdo. *E a surdez é também uma das formas do silenciamento.* [...] No entanto, deve-se ressaltar que, entre o visível/legível do corpo e o corpo que fala a língua materna há um espaço de resistência que também foi silenciado, uma voz feminina que Lélia Gonzalez soube, de forma ousada e à frente de seu tempo, escutar. (Cestari; Chaves; Baldini, 2021, p. 48-49).

Esta citação faz comparecer uma questão importante para a reflexão: *a dimensão da escuta na enunciação e no discurso*, dimensão já apontada por Kilomba (2010) no seu trabalho, que comentamos acima, e que retomamos aqui, a partir do artigo de Cestari, Chaves e Baldin (2021): *a surdez, o não escutar, a falta/negação de escuta* é também uma das formas históricas de silenciamento. O trabalho de Ana Josefina Ferrari (2017) é revelador nesse sentido, quando descreve o funcionamento do que ela denomina *silêncio gentil*, que consiste no gesto de ceder o uso da palavra (numa assembleia, numa reunião de trabalho) sem de fato permitir uma enunciação que seja reconhecida como legítima: não se trata, desta maneira, de uma censura declarada, mas de uma *censura disfarçada de palavra*. A autora analisa esse funcionamento nas reuniões do Conselho de Área de Proteção Ambiental, no qual o lugar de enunciação dos conselheiros locais, geralmente trabalhadores rurais com letramento precário, sofre os efeitos de silenciamento dos rituais administrativos que organizam o tempo, o modo e o tema das falas autorizadas nas reuniões. Como resultado, suas demandas não são de fato escutadas, embora faladas, o que provoca um processo de deslegitimação do representante comunitário perante a sua comunidade (Ferrari, 2017).

É essa dimensão da escuta ou ausência de escuta, como avesso da fala, projetada imaginariamente por antecipação e confrontada com as condições de produção concretas das práticas enunciativas na história, que constitui na enunciação a *legitimização/reconhecimento de um dizer*. Dito de outro modo, é pela *antecipação/projeção imaginária de uma escuta* que são traçadas, no âmago do acontecimento enunciativo, as linhas tênues que delimitam no espaço de enunciação as divisões do dizer e as lutas sociais por pertencimento: *o direito de dizer projeta imaginariamente uma expectativa de escuta*. Considero esta imbricação necessária entre direito de dizer e espaço de escuta como uma *dimensão ético/política* que constitui toda prática enunciativa, entendida aqui como o acontecimento de tomar a palavra, o que se dá, conforme já teorizado por Guimarães (2002), pelo agenciamento de um lugar de enunciação em um espaço de enunciação dividido que distribui desigualmente o direito de dizer e, eu acrescento, os *espaços de escuta*.

Em uma formação social como a nossa, historicamente marcada pela colonização e suas práticas de dominação, a dialética que define o funcionamento dividido do acontecimento enunciativo precisa ser referida necessariamente aos processos de silenciamento que distribuem desigualmente *o direito de dizer e os espaços de escuta*. No texto de Grada Kilomba, que já comentamos, encontramos uma reflexão paralela:

Falar torna-se assim praticamente impossível, pois quando falamos, nosso discurso é frequentemente interpretado como uma versão dúvida da realidade, não imperativa o suficiente para ser falada, tampouco ouvida. Tal impossibilidade ilustra como o falar e o silenciar emergem como um projeto análogo. O ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre os sujeitos que falam e seus/suas ouvintes (Castro Varela & Dhawan, 2003). *Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nesta dialética, aqueles(as) que são ouvidos(as) são também aqueles(as) que “pertencem”. E aqueles(as) que não são ouvidos(as), tornam-se aqueles(as) que “não pertencem”.* (Kilomba, 2010, p. 177-178, grifos nossos).

Da citação, retomo a relação dialética e necessária entre um dizer, uma escuta, uma operação imaginária de identificação/reconhecimento, os processos históricos de silenciamento e seus efeitos sobre a circulação social do discurso, sobre a produção de evidência e naturalização de sentidos e, principalmente, na constituição do sujeito do discurso como efeito. Contudo, afasto-me de toda e qualquer interpretação contratual da enunciação, que supõe uma “negociação” entre os interlocutores. Pelo contrário, assumo o gesto teórico-analítico que considera a relação constitutiva do discurso com suas condições de produção, o que impede traçar um mapeamento a priori de posições-sujeito e lugares de enunciação, dado que eles não coincidem nem com instâncias institucionais nem com papéis sociais pré-existentes, mas consistem, como Pêcheux (1990 [1969]) os define, em projeções imaginárias cujo traço pode ser analisado nos processos discursivos na sua materialidade complexa, efetivamente produzida e posta

a circular em condições históricas específicas e concretas. Neste sentido, concordo com as considerações de Montag (2006), na sua crítica a uma compreensão transcendental da prática enunciativa e, em particular, à reificação teórico-filosófica do lugar dos subalternos em relação ao dizer (e eu acrescento: em relação ao escutar). No meu entender, o autor, fortemente inscrito em uma tomada de posição materialista, comprehende a enunciação enquanto prática -no sentido forte de práxis- e, portanto, em sua dimensão histórica, conjuntural, sobredeterminada e potencialmente transformadora.

Il y a toujours et partout de la parole et de l'écriture (bien que l'une et l'autre ne soient que des modalités de l'action qui n'ont aucunement à être privilégiées). C'est précisément *dans et à travers les luttes qui traversent ces domaines pratiques que des collectivités se constituent*. La question de savoir si oui ou non les subalternes ou, pour utiliser un terme du lexique léniniste, *les masses* peuvent parler ne peut jamais être posée de manière transcendante, mais seulement de manière contextuelle, en prenant en compte *l'agencement de forces antagonistes* qui caractérise un moment historique donné. [...] car *les subalternes ou les masses ne cessent jamais de résister et de se rebeller*, quand même c'est cette résistance qui les constitue en tant que masses. Nous devons ici tracer une ligne de démarcation avec, d'un côté, les questions transcendentales qui déclarent impossible ce qui existe, en sorte qu'il est nécessaire et inévitable que les masses soient représentées par d'autres, et, de l'autre, *un matérialisme qui reconnaît l'irréductibilité de ce qui existe, notamment des voix et des actions des masses dans leur lutte pour l'auto-émancipation*, avec ou sans les intellectuels du premier et du tiers-mondes. (Montag, 2006, p. 140).

A citação de Montag coloca a questão da resistência tanto no dizer quanto na ação, pensados na sua dimensão de práxis transformadora; da minha parte, abordo essa questão a partir da noção de silêncio fundante. De acordo com Orlandi (2010 [1992], p.13): “Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito”. A autora ainda afirma que:

O silêncio é contínuo e esse seu caráter, essa sua continuidade é que permite aos sujeitos se mover nas significações, percorrer sentidos. O silêncio é a condição de possibilidade do dizer vir a ser outro. [...] Assim como o sentido é errático, o sujeito é itinerante: ele perpassa e é perpassado pela diferença; habita e é habitado por muitos discursos. (Orlandi, 2010 [1992], p. 154).

No meu próprio trabalho e a partir da formulação de Orlandi, interpreto o silêncio fundante na sua *radical contingência*¹³, como potencialidade de vir a ser do irrealizado do sentido; iminência de sentido, que habitando como non-sens no entremedio das formações discursivas no interdiscurso, irrompe no acontecimento discursivo produzindo uma agitação nas filiações sócio-históricas e nas redes e trajetos de memória. Aqui, me valho da reflexão de Michel Pêcheux sobre o acontecimento discursivo:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos. (Pêcheux, 1990 [1983], p. 56).

Sendo uma prática social, todo discurso passível de descrição e análise é *discurso enunciado* em condições de produção concretas, sobredeterminadas pelo real da história e pelo real da língua. A enunciação, portanto, não tem origem num sujeito, mas, ao contrário, produz efeitos de subjetividade a partir do funcionamento dos processos discursivos e da circulação do discurso numa formação social dada. Os lugares de enunciação, na sua dimensão conjuntural e enquanto dispositivo de enunciação sempre-já generificado e racializado, fazem parte dos processos discursivos e os considero como espaço potencial de resistência aos mecanismos de dominação e opressão. É justamente nesses possíveis contingentes que constituem o próprio do real sócio-histórico que está a matéria real da tomada de posição, a chance de um militante, enfim, a prática política (Zoppi Fontana, 2017b).

¹³ Cf. Zoppi Fontana (2011; 2017b).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No meu trabalho, tenho articulado a questão do agenciamento enunciativo (na sua relação com o acontecimento e o espaço de enunciação) que configura a cena enunciativa e sua descrição, aos processos de subjetivação, ou seja, à própria constituição da subjetividade como efeito da enunciação na sua relação com o interdiscurso e no interior da interpelação ideológica.

Se, conforme propõe Guimarães (2002), o direito de dizer é dividido pelo político no espaço de enunciação e o falante é constituído como responsável da enunciação por meio do agenciamento dos lugares de enunciação e em particular da figura do locutor/locutor-x no interior da cena enunciativa, é preciso ainda acrescentar, na teoria e na descrição, pelas razões que tenho exposto até aqui, duas dimensões que afetam constitutivamente o funcionamento dos *lugares de enunciação* quando pensados na sua determinação histórica: os *processos de silenciamento e os efeitos das identificações de gênero e da racialização*. Desta forma, defino os *lugares de enunciação* enquanto processos de subjetivação, ou seja, como *dispositivos de produção de efeitos de subjetividade*, a partir da sobredeterminação do real da língua e da história, da materialidade significativa do silêncio e da presença inescapável do corpo.

Para finalizar, resumo então os pontos que sustentam esta minha reflexão sobre a relação entre a enunciação e o silêncio, que afeta constitutivamente os lugares de enunciação:

- 1- o processo de constituição do sujeito se dá pelas relações de identificação/interpelação ideológica estabelecidas com as posições de sujeito, definidas não só em relação ao domínio de saber de uma formação discursiva, mas também em relação a determinados lugares de enunciação, que, por presença ou ausência, configuram um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa);
- 2- os lugares de enunciação devem ser considerados, dessa maneira, como uma das dimensões das posições de sujeito (constituídas nos dois movimentos descritos por Orlandi (2001): o de interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia na língua e o de individuação do sujeito em relação ao Estado);
- 3- o funcionamento do silêncio afeta os processos de constituição do sentido e do sujeito (Orlandi, 2010 [1992]), o que implica considerar a maneira pela qual as posições de sujeito são afetadas pelo silêncio. A interdição ou ausência de um lugar de enunciação definido em relação a uma determinada posição de sujeito, pode ser explicada pelo funcionamento do silêncio sobre essa posição, produzindo o silenciamento, a dessignificação (Orlandi, 1999) ou mesmo a interdição dos sentidos produzidos a partir dela;
- 4- os lugares de enunciação se definem em relação ao funcionamento do Estado e dos aparelhos ideológicos, porém consideradas as regras de projeção pelas quais as posições de sujeito, das quais esses lugares são parte integrante, se delimitam no interdiscurso, na contradição sobredeterminada das formações discursivas e no processo contínuo de sedimentação das condições de produção.
- 5- os lugares de enunciação sofrem as determinações de gênero e racialidade que configuram uma formação social e ao produzir efeito de subjetividade o fazem por meio de processos de subjetivação sempre já genericados e racializados.
- 6- os lugares de enunciação designam uma corporeidade, um corpo-discurso (Orlandi, 2012) no funcionamento das identificações simbólicas e imaginárias. Como corpo histórico constituído no simbólico, sexuado, movido pelo desejo e determinado pelas relações de classe e pelos processos de racialização; e como corpo imaginário, corpo-imagem, às voltas com o reconhecimento/desconhecimento do olhar do outro e de forma especular do olhar de si mesmo no campo da enunciação. E se falamos em enunciação e corporeidade, é necessário considerar a dimensão da voz e dos espaços de escuta nas suas condições concretas de existência e nas suas projeções imaginárias.

Com esta nossa reflexão sobre a relação constitutiva entre a enunciação e o silêncio e seus efeitos na emergência/interdição dos lugares de enunciação, almejo abordar principalmente os efeitos materiais da *circulação do discurso*. Pela noção de lugares de

enunciação, revisitei e redefini o funcionamento das *formações imaginárias* (Pêcheux, 1990 [1969]) nos processos discursivos¹⁴, considerando seu funcionamento no interior da interpelação ideológica que constitui o sujeito do discurso como “*corpo verbal*”¹⁵ e como *efeito-sujeito*. Desta forma, considero a eficácia ideológica das identificações simbólicas e imaginárias tanto na reprodução quanto na transformação dos sentidos e seu efeito de retorno sobre os processos históricos, ou seja, penso a eficácia da ideologia nos seus efeitos imaginários como força material que intervém no real da história.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, A.; PIOVEZANI, C. *A fala feminina: silenciamentos e resistências*. São Paulo: Jandaíra, 2025.
- CESTARI, M. J.; CHAVES, T. V.; BALDINI, L. O pretuguês, a língua materna e os discursos fundadores da brasiliade. In: ZOPPI-FONTANA, M. G.; BIZIAK, J. (org.). *Mulheres em discurso: lugares de enunciação e corpos em disputa*. Campinas: Pontes, 2021. p. 27-52.
- FEDERICI, S. *A história oculta da fofoca: mulheres, caça às bruxas e resistência ao patriarcado*. Tradução de Heci Regina Candini. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FERRARI, A. J. O silêncio da Dona Amélia. In: ZOPPI FONTANA, M. G.; FERRARI, A. (org.). *Mulheres em discurso: identificações de gênero e práticas de resistência*. Campinas: Pontes, 2017, p. 231-250.
- FOFOCAR. In: DICIONÁRIO Priberam da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, [2023]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/fofocar>. Acesso em: 04 abr. 2025.
- FOFOCAR. In: DICIONÁRIO Michaelis online. São Paulo: Melhoramentos, [2025]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=fofocar>. Acesso em: 04 abr. 2025.
- GIBA UM. “Muitas vezes, as pessoas falam que eu devo falar grosso. Não vou falar grosso. Sou mulher”. Correio do Estado, Campo Grande, 28 mar. 2024. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/opiniao/muitas-vezes-as-pessoas-falam-que-eu-devo-falar-grosso-nao-vou/428210/>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1983]. p. 75-93.
- GUILHAUMOU, J. *La langue politique et la révolution française*. De l'événement à la raison linguistique. Paris: Méridiens Klincksieck, 1989.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, E. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas: Pontes, 2018.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM DA UNICAMP. *Mulheres em discurso: lugares de enunciação e processos de subjetivação*, 2017. Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/pesquisa-no-iel/mulheres-em-discurso-lugares-de-enunciacao-e-processos-de-subjetivacao/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

¹⁴ Cf. Zoppi Fontana (1999).

¹⁵ Pêcheux e Fuchs (1990 [1975], p. 234) redefinem a enunciação como “[...] a teoria da ilusão subjetiva da fala (teoria do ‘corpo verbal’)”.

JAVIER MILEI: “La nota del New York Times son chimentos de peluquería”. C5N, Buenos Aires, 2 mar. 2025. Disponível em: <http://c5n.com/politica/javier-milei-la-nota-del-new-york-times-son-chimentos-peluqueria-n192740>. Acesso em: 8 mar. 2025.

KILOMBA, G. The Mask. Tradução de Jessica Oliveira de Jesus. *Cadernos de Literatura em Tradução*, São Paulo, n. 16, p. 171-180, 2016. Disponível em <https://www.journals.usp.br/clt/article/view/115286/112968>. Acesso em: 4 abr. 2025.

MARANDIN, J. M. Problèmes d'analyse du discours: essai de description du discours français sur la Chine. *Langages*, Paris, n. 55, p. 17-88, 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/lge.1979.1823>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MCANDREW, F. T. A fofoca é uma aptidão social – não um defeito de caráter. *Papo de Homem*, [s. l.], 14 fev. 2016. Disponível em: <https://papodehomem.com.br/a-fofoca-e-uma-aptidao-social-nao-um-defeito-de-carater/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MONTAG, W. Les subalternes peuvent-illes parler? et autres questions transcendentales. *Multitudes*, Paris, n. 26, v. 3, p.133-141, 2006,. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/mult.026.0133>. Acesso em: 4 abr. 2025.

MORAIS, E. Janja incomoda porque tem opinião própria, diz Gleisi. *Blog do Esmael*, [s. l.], 10 abr. 2025. Disponível em: <https://www.esmaelmorais.com.br/janja-incomoda-porque-tem-opiniao-propria-diz-gleisi/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: o movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1992].

ORLANDI, E. Maio 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p.59-71.

ORLANDI, E. Do sujeito na história e no simbólico. In: ORLANDI, E. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001. p. 99-108.

ORLANDI, E. Processos de significação, corpo e sujeito. In: ORLANDI, E. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012. p. 83-96.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990 [1969]. p. 61-162.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlando. Campinas: Pontes, 1990 [1983].

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990 [1975]. p.163-235.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ZOPPI FONTANA, M. G. Lugares de enunciação e discurso. *Revista Leitura: Análise do Discurso*, Maceió, v. 23, p. 15-24, jan./jun. 1999. Disponível em: [10.28998/0103-6858.1999n23p15-24](https://doi.org/10.28998/0103-6858.1999n23p15-24). Acesso em: 29 jun. 2025.

ZOPPI FONTANA, M. G. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 245-282, jan./dez. 2003. Disponível: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.30027>. Acesso em: 29 jun. 2025.

ZOPPI FONTANA, M. G. Estar em estado de palavra. In: RODRIGUES, E.; SANTOS, G.; BRANCO, L. (org.). *Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre*. Uma homenagem a Eni Orlando. Campinas: RG Editora, 2011. p. 69-86.

ZOPPI FONTANA, M. G. Lugar de fala: enunciação, subjetivação, resistência. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 12, n. 18, p. 63-71, 2017a. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2594-8962.79457>. Acesso em: 4 abr. 2025.

ZOPPI FONTANA, M. G. O acontecimento do discurso na contingência da história. In: GRIGOLETTO, E.; NARDI, F. S. (org.). *Análise de Discurso e Materialismos: Historicidade e Conceito*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2017b. p. 177-200.

ZOPPI FONTANA, M. G. Mise-à-corps du soi: modes d'énonciation contemporaines. *Les Carnets du Cediscor*, Paris, v.17, p. 62-76, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/cediscor.5849>. Acesso em: 4 abr. 2025.

ZOPPI FONTANA, M. G.; FERRARI, A. Uma análise discursiva das identificações de gênero. In: ZOPPI FONTANA, M. G.; FERRARI, A. (org.). *Mulheres em discurso: identificações de gênero e práticas de resistência*. Campinas: Pontes, 2017. p. 7-20.

ZOPPI FONTANA, M. G.; BIZIAK, J. S. (org.). *Mulheres em discurso: lugares de enunciação e corpos em disputa*. v. 3. Campinas: Pontes, 2021.

ZOPPI FONTANA, M.; SILVA-FONTANA, L. Corpo, gênero e raça: reflexões sobre uma abordagem discursiva do corpo. In: FERREIRA, M. C. L.; VINHAS, L. I. (org.). *O corpo na análise do discurso: conceito em movimento*. Campinas: Pontes, 2023. p.57-87.



Recebido em 29/04/2025. Aceito em 18/05/2025.

Publicado em 02/09/2025.